

Mensagem nº 59

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Os méritos do Senhor Nedilson Ricardo Jorge que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de março de 2016.

Brasília, 24 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **NEDILSON RICARDO JORGE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NEDILSON RICARDO JORGE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

Aviso nº 106 - C. Civil.

Em 1º de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE NEDILSON RICARDO JORGE

CPF.: 782.414.997-87

ID.: 9444 MRE

1964 Filho de Ney Jorge e Nancy Nascimento, nasce em 17 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1986 Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes/RJ
1987 CPCD - IRBr
1998 CAD - IRBr
2005 CAE - IRBr; Técnicas de Negociação Diplomática: Estratégias e Táticas

Cargos:

1988 Terceiro-Secretário
1994 Segundo-Secretário
2000 Primeiro-Secretário, por merecimento
2004 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1988-93 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Assistente
1993-97 Representação junto à FAO, Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1997-2000 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
1998 VI Reunião do GT de Serviços da ALCA, Santiago, Chefe de delegação
2000-03 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe, substituto
2003-05 Gabinete do Ministro de Estado: Assessor; Subchefe, substituto; e Subchefe
2005-10 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2010- Departamento da África, Diretor
2012- Professor do IRBr de Técnicas de Negociação

Condecorações:

2003 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

2010 "A Nova África", V Conferência de Política Externa e Política Internacional, FUNAG
2012 "Brasil-África: relações especiais e os desafios do Século XXI", III Curso para Diplomatas Africanos, FUNAG
2014 "O Brasil, a África e a CPLP", IV Curso para Diplomatas Africanos, FUNAG
2015 "Relações Brasil-África: Panorama Geral, Cadernos de Política Exterior, IPRI

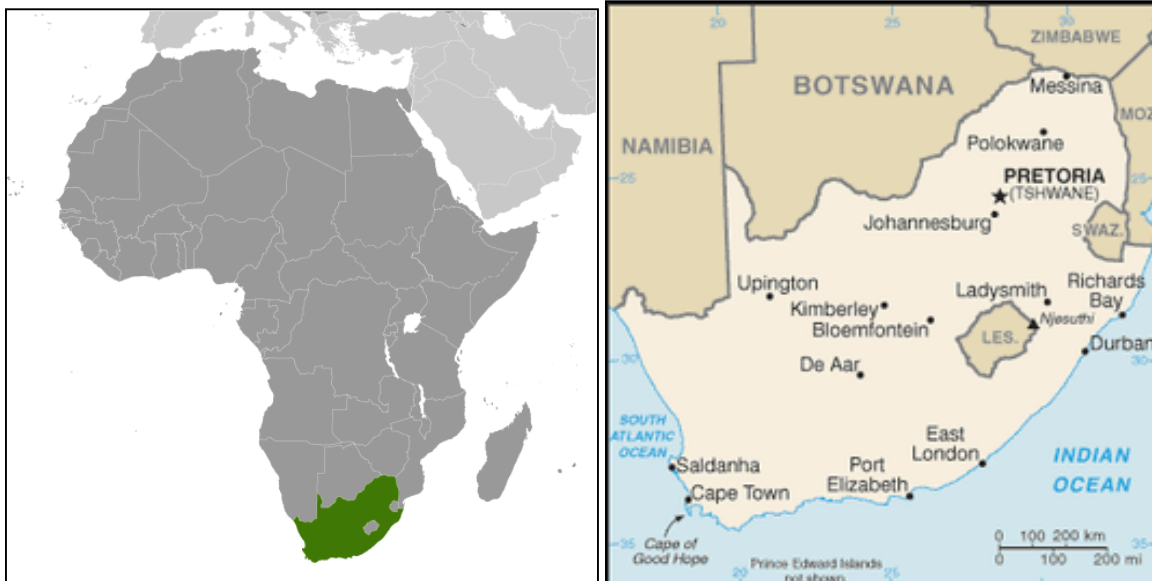
PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da África
Divisão da África II

ÁFRICA DO SUL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Novembro de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da África do Sul
CAPITAIS	Pretória (administrativa); Cidade do Cabo (legislativa); Bloemfontein (judiciária)
ÁREA	1.219.090 km²
POPULAÇÃO (2015)	54 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	11 línguas oficiais: africâner; inglês; ndebele, soto, soto do norte, suázi, tsonga, tsuana, venda, xhosa e zulu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (68%); religiões africanas (28,5%); islamismo (2%); hinduísmo (1,5%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Conselho Nacional de Províncias)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Jacob Gedleyihlekisa Zuma
MINISTRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO	Maite Nkoana-Mashabane
PIB nominal (2014)	US\$ 349,8 bilhões
PIB PPP (2014)	US\$ 685,6 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2014)	US\$ 6.477
PIB PPP <i>per capita</i> (2014)	US\$ 12.700
VARIAÇÃO DO PIB	1,5% (2014); 1,9% (2013); 2,5% (2012); 3,5% (2011); 3% (2010); -1,5% (2009); 3,6% (2008); 5,5% (2007)
IDH (2013)	0,65/118º no mundo
EXPECTATIVA DE VIDA (2013)	57 anos
TAXA ALFABETIZAÇÃO (2013)	93,7%
ÍNDICE DESEMPREGO (2014)	24,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Rand
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Mphakama Nyangweni Mbete (desde 2012)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB)

BRASIL ⇒ RAS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	1.894	2.280	2.528	1.692	2.063	2.592	2.614	2.555	1.957
Exportações	1.459	1.757	1.754	1.259	1.309	1.680	1.765	1.836	1.225
Importações	434	522	773	433	753	912	848	719	731
Saldo	1.024	1.235	981	826	556	768	916	1.117	494

PERFIL BIOGRÁFICO



JACOB GEDLEYIHLEKISA ZUMA

Presidente

Nasceu em 12 de abril de 1942, na província de KwaZulu-Natal. De família humilde do campo, Zuma não teve escolaridade formal. Filiou-se ao ANC em 1958 e se tornou membro ativo do *Umkhontowe Sizwe*, braço armado do movimento, em 1962. Preso em 1963, passou dez anos na prisão de Robben Island, na Cidade do Cabo. Exilou-se em 1975 e se tornou chefe do serviço de inteligência do ANC, responsável por identificar os informantes do regime do *apartheid* dentro do movimento.

Retornou à África do Sul em 1991, com a abertura promovida pelo então Presidente Frederik de Klerk, e no ano seguinte foi eleito Vice-Secretário-Geral do ANC. Teve participação destacada nas negociações que levaram à superação da violência entre militantes do ANC e do Partido da Liberdade Inkatha (IFP), de base étnica zulu, e que viabilizaram a participação do Partido nas primeiras eleições multirraciais, em 1994. Após as eleições, tornou-se Ministro de Economia e Turismo do Governo provincial de KwaZulu-Natal e, em 1997, Vice-Presidente do ANC.

Designado Vice-Presidente da República em junho de 1999, foi destituído da função pelo Presidente Mbeki, em 2005, devido a acusações de corrupção. Indicado Presidente do ANC em dezembro de 2007, tornou-se candidato natural à sucessão presidencial. Foi eleito em abril de 2009 e tomou posse em maio do mesmo ano. Em dezembro de 2012, foi reconduzido à liderança do ANC, vitória que abriu caminho para sua nova candidatura e reeleição nas eleições gerais sul-africanas de maio de 2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a África do Sul em 1948. No mesmo ano, foi aberta legação diplomática em Pretória, que só viria a ser transformada em Embaixada em 1974, em função do repúdio brasileiro ao *apartheid*. Já a África do Sul abriu Escritório de Representação no Brasil em 1952, convertendo-o em Embaixada em 1971.

O primeiro Embaixador brasileiro na África do Sul foi designado em 1992, já em contexto de transição democrática e suspensão das sanções internacionais impostas ao país.

1. Desdobramentos recentes

Desde o final do *apartheid*, Brasília e Pretória vêm aprofundando a cooperação bilateral em áreas relevantes, com destaque para parcerias em setores estratégicos, como defesa e ciência e tecnologia, bem como para a troca de experiências nas áreas de políticas públicas e desenvolvimento social. Em julho de 2010, foram assinados Declaração de Parceria Estratégica Brasil-África do Sul e seu respectivo Plano de Ação.

O diálogo bilateral é facilitado por fatores como as similaridades entre as duas sociedades, a simpatia do ANC pelo Brasil (resultado do apoio histórico do Governo brasileiro à luta contra o *apartheid*) e a defesa comum de posições dos países em desenvolvimento.

Em termos concretos, essa proximidade vem se traduzindo, ao longo dos últimos anos, em uma robusta agenda de visitas bilaterais. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajou à África do Sul, em julho de 2010, para encontro com seu homólogo e para participar das cerimônias de encerramento da Copa do Mundo. A Presidente Dilma Rousseff esteve naquele país em três ocasiões oficiais: a V Cúpula do IBAS (out/2011), a V Cúpula do BRICS (mar/2013) e as exéquias do ex-Presidente sul-africano Nelson Mandela (dez/2013).

O Presidente Zuma, por sua vez, escolheu o Brasil como destino de sua segunda viagem internacional como Presidente (out/2009). Retornou ao nosso país em três ocasiões: IV Cúpula do IBAS (abr/2010), Rio+20 (jun/2012) e VI Cúpula do BRICS (jul/2014).

Em nível ministerial, o então Chanceler Antonio Patriota foi à África do Sul em julho de 2011, quando se encontrou com a Chanceler Maite Nkoana-Mashabane. A Ministra sul-africana veio a Brasília para a posse do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, em janeiro de 2015. Cabe mencionar, ademais, a ida a Pretória do então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, em março de 2014, para reunião com a Ministra da Defesa Nosiviwe Noluthando Mapisa-Nqakula.

2. Comistas e Reuniões de Acompanhamento

Brasil e África do Sul firmaram, em 2000, Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Bilateral. Desde então, foram realizadas cinco edições do encontro, sendo a última em julho de 2013, em Brasília. Entre seus principais resultados da última reunião, destacam-se a confirmação do interesse das partes na negociação de acordo na área de usos pacíficos da energia nuclear e a identificação de novas possibilidades para a cooperação na área de defesa, além da finalização das negociações de Memorando de Entendimento para a Co-Produção Cinematográfica.

No segundo semestre de 2015, foram organizadas, por iniciativa brasileira, Reuniões de Preparação e Seguimento de Assuntos Bilaterais, com o objetivo de promover avanços na agenda bilateral e facilitar a organização da VI Comista Brasil-África do Sul, a ocorrer provavelmente no primeiro semestre de 2016. A primeira reunião foi realizada em setembro, em Brasília, com a participação de representantes dos Ministérios da Agricultura, Turismo, Saúde, Defesa e Ciência e Tecnologia. A segunda reunião foi realizada em novembro último, em Pretória, e, além de funcionários da Chancelaria sul-africana, contou com a participação dos Ministérios locais de Ciência e Tecnologia, Comércio e Indústria, Turismo, Meio Ambiente e Telecomunicações e Serviços Postais.

3. Cooperação no setor de defesa

A cooperação no setor de defesa tem ocupado posição central na relação bilateral. O marco é o Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa, assinado em 2003, que criou o Comitê Conjunto de Defesa (CCD). Desde então, o CCD reúne-se anualmente (o mais recente encontro foi em Salvador, em junho último). Trata-se do principal canal para o encaminhamento dos projetos no setor.

Autoridades brasileiras e sul-africanas consideram a cooperação bilateral em defesa extremamente satisfatória, pois as parcerias vêm resultando no desenvolvimento de equipamentos de última geração, com potencial para serem comercializados com terceiros países.

O principal destaque é o projeto do míssil A-Darter, que teve início oficial em 2006. O míssil A-Darter é um míssil ar-ar, modelo de míssil possível de ser atirado de uma aeronave em direção a outra aeronave também em voo. O projeto é conduzido pelo Grupo Denel, por meio de sua subsidiária Denel Dynamics, e pelas empresas brasileiras Avibrás, Mectron e Opto Eletrônica. O projeto deverá permitir ao Brasil domínio de diversas tecnologias críticas, além da completa independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar. Atualmente, o A-Darter se encontra na fase 4 de implementação, que consiste na viabilização dos processos industriais para a produção do artefato no Brasil. Os testes do equipamento estão sendo realizados nos aviões JAS-39C Gripen da Força Aérea da África do Sul.

Com base na experiência bem sucedida do A-Darter, a África do Sul tem proposto expandir para outros projetos a cooperação na área de tecnologia militar. É o caso de míssil além do alcance visual (BVR, Beyond visual range), direcionado por radar. A efetiva incorporação do Brasil, contudo, tem enfrentado obstáculos orçamentários.

A falta de recursos tem também impedido que Brasil e África do Sul aproveitem o fato de ambos terem escolhido a aeronave sueca Gripen como principal equipamento de sua aviação de caça. De acordo com o Adido da Força Aérea na Embaixada em Pretória, haveria a possibilidade de a África do Sul fornecer aeronaves para utilização no Brasil até o início da entrega dos aparelhos comprados junto à Suécia, bem como possibilidade de treinamento de pilotos brasileiros na África do Sul.

Em relação a exercícios militares conjuntos, as principais interações entre as Marinhas do Brasil e da África do Sul ocorrem no âmbito de dois projetos. O primeiro deles é o Atlasur, manobras navais conjuntas bienais entre as Marinhas do Brasil, África do Sul, Argentina, cuja sexta edição foi conduzida em setembro último. O segundo é o IBSAMAR, que reúne os três países do IBAS, também bianualmente, deverá ter sua quinta edição em fevereiro de 2016, na Índia.

4. Cooperação técnica e jurídica

O Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e África do Sul foi celebrado em março de 2000 e entrou em vigor em setembro de 2003. A única ação de cooperação técnica financiada recentemente no país pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi o projeto de sementes nativas. Sua última fase foi executada no início de 2014, em colaboração com o Departamento de Desenvolvimento Agrário sul-africano.

No campo da saúde, existe a possibilidade de implementação do projeto "Apoio Técnico aos Bancos de Leite Humano na África do Sul". A iniciativa, que teria relevante impacto social em país com taxas excepcionalmente baixas de aleitamento materno, nunca chegou a ser implementada devido a restrições financeiras enfrentadas pela ABC. No âmbito da mencionada 1ª Reunião de Preparação e Seguimento da Comissão Mista Brasil-África do Sul, em setembro, assessor do Ministério da Saúde brasileiro confirmou a disposição da pasta de contribuir com recursos financeiros para sua execução.

Não há acordos bilaterais vigentes de cooperação jurídica entre Brasil e África do Sul, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e de pedidos de cooperação jurídica com base em compromisso de reciprocidade, ou com fundamento em convenções multilaterais de que ambos os países sejam parte.

Estão em curso negociações ou propostas de quatro projetos de tratados bilaterais na área jurídica: Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Civil, Tratado de Extradicação e Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas.

5. Cooperação na área de turismo

Brasil e África do Sul assinaram Memorando de Entendimento entre Ministérios do Turismo em setembro/2014, por ocasião de visita a São Paulo do Ministro sul-africano do Turismo, Derek Hanekom.

Durante a 1ª Reunião de Preparação e Seguimento de Assuntos Bilaterais, em setembro, representante do Ministério do Turismo afirmou que estão sendo finalizadas as discussões sobre o Plano de Ação proposto pelos sul-africanos para a implementação do Memorando. Também reiterou o interesse da Pasta em trabalhar com sua contraparte sul-africana no aprofundamento da cooperação bilateral, com destaque para temas relacionados à administração de parques nacionais.

A África do Sul recebe, em média, 80.000 turistas brasileiros por ano, quatro vezes mais do que os sul-africanos que visitam o Brasil. O país possui, ademais, infraestrutura estabelecida e extensa experiência na gestão do setor, tanto público quanto privado, que poderia ser compartilhada com o Brasil.

6. Cooperação cultural

A Embaixada da África do Sul encaminhou, em 2013, proposta de acordo Acordo de Coprodução Brasil-África do Sul na área de audiovisual. Em seguida, a Assessoria Internacional da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), em contato com a *National Film and Video Foundation* (NFVF), autoridade audiovisual sul-africana, chegou a uma versão final do texto.

Em fevereiro último, os diretores-presidentes da ANCINE e do NFVF reuniram-se, no Rio de Janeiro, e reafirmaram o propósito de assinar o acordo brevemente, restando identificar a melhor ocasião para tanto.

Em julho último, o Brasil enviou delegação formada por 10 cineastas e produtores (além de representante da ANCINE) ao 36º Festival Internacional de Cinema de Durban. Além de uma mostra especial dedicada ao cinema brasileiro contemporâneo, foram organizados seminário sobre coprodução entre Brasil e África do Sul, além de encontro entre produtores de ambos os países para discutir projetos de potenciais coproduções.

7. Assuntos consulares

A rede consular do Brasil na África do Sul engloba o Setor Consular da Embaixada em Pretória e o Consulado-Geral na Cidade do Cabo. A comunidade brasileira no país é estimada em 1.950 pessoas.

Subordinado à Embaixada em Pretória, há o Consulado Honorário em Port Louis, com jurisdição sobre as Ilhas Maurício.

Há 23 brasileiros presos na África do Sul (o que corresponde a cerca de 80% do número total de nacionais brasileiros detidos no continente africano), sendo que 20 cumprem pena, dois aguardam julgamento e um aguarda deportação. Todas as detenções foram ocasionadas por tráfico de entorpecentes. Ao longo de 2014, um total de US\$ 6.203 foi fornecido aos nacionais brasileiros presos para aquisição de roupas, cartão telefônico, vale postal, gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade não fornecidos pelos presídios.

O Setor Consular da Embaixada em Pretória e o Consulado-Geral da Cidade do Cabo têm, ademais, prestado assistência psicológica, financeira e material (*kits* de higiene, vestuário e material de leitura) aos detentos.

Há aproximadamente 100 nacionais sul-africanos em estabelecimentos penitenciários brasileiros (segundo dados do Ministério da Justiça), concentrados principalmente no Estado de São Paulo.

O Governo brasileiro avalia que demandas em prol de presos sul-africanos no Brasil poderão ser equacionadas de modo permanente por meio da celebração de Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, em benefício seja dos detentos, seja da administração penitenciária onde estes cumprem pena. Até que tal acordo entre em vigor, é necessário que casos particulares sejam objeto de solicitação pormenorizada, destinada à Divisão de Cooperação Jurídica Internacional do Itamaraty.

8. Temas multilaterais

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A África do Sul manifestou formalmente apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado, no contexto de apoios recíprocos entre os países do IBAS.

Recentemente, tem-se percebido a tendência de altas autoridades do país, notadamente o Presidente Zuma e a Chanceler Mashabane, de se referirem à necessidade e urgência da reforma do Conselho. Em seu discurso no Debate Geral da 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, Zuma avaliou como "inaceitável que um bilhão de africanos estejam excluídos de um lugar permanente no Conselho de Segurança", e afirmou que a África do Sul irá trabalhar com outros países para aumentar a representatividade do órgão.

BRICS. Realizada em 2014, a Cúpula de Durban foi marco importante para a África do Sul, por consolidar sua presença no BRICS e por ter lançado as bases para a institucionalização do mecanismo: o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Acordo Contingente de Reservas.

Desde então, a importância do tema BRICS tem crescido tanto nas avaliações do Governo sul-africano quanto nas análises de respeitadas "*think-tanks*" do país e de meios de comunicação. Evidência nesse sentido tem sido as menções aos BRICS em todos os discursos do Presidente Jacob Zuma que tratam de relações internacionais, em especial na alocução do "Estado da Nação". Por sua vez, a Chancelaria sul-africana inclui o BRICS nas linhas mestras da política externa do país, juntamente com o continente africano.

A reação sul-africana à mais recente Cúpula dos BRICS, realizada na cidade russa de Ufá em julho último, foi claramente positiva. Após seu retorno a Pretória, Zuma declarou que a Cúpula logrou êxito em aprofundar as relações entre os países BRICS e possibilitar tratamento mais detalhado de assuntos econômicos e políticos globais. Em especial, Zuma reiterou acreditar que o NBD será instrumento possante para projetos de desenvolvimento sustentável tanto no âmbito do BRICS quanto no mundo em desenvolvimento.

IBAS. Estabelecido em 2003, o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) congrega três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento. Desde 2006, houve cinco reuniões de Cúpula do IBAS. Devido a dificuldades de conciliação de agendas, reuniões de Cúpula ou da Comissão Ministerial Trilateral ("Comista") não foram realizadas desde 2011.

A singularidade do grupamento, integrado por países que não são potências do *status quo*, o habilita a desempenhar papel de destaque na reforma das estruturas de governança global, especialmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No que se refere à relação entre BRICS e IBAS, Brasília, Nova Déli e Pretória compartilham da percepção de que os mecanismos contam com objetivos e lógicas distintos e que, portanto, devem manter suas feições próprias. Cabe ter presente, contudo, que o BRICS tem alargado sua agenda de cooperação interna para também abarcar temas que o IBAS se ocupa desde sua fundação, como agricultura, saúde, ciência e tecnologia, governança global, entre outros. De modo a zelar para que as duas vertentes sigam mantendo suas identidades próprias, encontra-se em andamento processo de racionalização da vertente de cooperação do IBAS, visando concentrar as atividades em áreas em que o foro goza de vantagens comparativas em relação a outros mecanismos.

POLÍTICA INTERNA

Instituições políticas. O Presidente da África do Sul é eleito pela Assembleia Nacional, e em geral é o líder do partido mais votado. A Constituição do país estabelece um máximo de dois mandatos consecutivos (de cinco anos cada) para a permanência no poder. As próximas eleições gerais sul-africanas ocorrerão em 2019.

O Poder Legislativo da África do Sul é bicameral. A Assembleia Nacional (Câmara Baixa) é composta por 400 membros, eleitos por votação direta em lista partidária (cada partido recebe número de assentos proporcional aos votos obtidos), para mandatos de cinco anos. O Conselho Nacional de Províncias (Câmara Alta) é órgão consultivo, composto por 90 membros (dez de cada província do país, dos quais nove são eleitos por Assembleia Provincial e um indicado pelo Governador).

Desdobramentos recentes. O regime do *apartheid*, que chegou ao fim em 1994, impôs à África do Sul um cenário de profundos contrastes e desafios sociais. De um lado, tem-se um país com infraestrutura e economia superiores às dos demais países africanos. De outro, cerca de um quinto da população se encontra abaixo da linha de pobreza, com aumento da desigualdade entre 1994 e 2013, período em que o coeficiente de Gini do subiu de 0,59 para 0,63.

O Congresso Nacional Africano (ANC) desempenha papel preponderante na política sul-africana e venceu, por ampla maioria, todas as eleições desde a democratização. No pleito mais recente, realizado em maio de 2014, obteve 62,15%

dos votos (3,75% a menos do que em 2009), que lhe garantiram 249 dos 400 assentos na Câmara Baixa do Parlamento.

Registra-se, contudo, um lento avanço de algumas legendas oposicionistas. A principal delas é a Aliança Democrática (DA), que controla os governos da Cidade do Cabo (segunda maior cidade do país do país) e da Província do Cabo Ocidental. O partido obteve 22% dos votos nas eleições de 2014, evolução em relação aos dois pleitos anteriores, nos quais obtivera 12% e 16%, respectivamente. O DA continua enfrentando dificuldades para angariar apoio mais amplo entre a maioria negra do país, em decorrência da imagem de partido defensor dos interesses das minorias branca e mestiça – não obstante contar, desde maio último, com seu primeiro líder nacional negro, o jovem Mmusi Maimane.

Também vem ganhando força o partido de esquerda Combatentes pela Libertação Econômica (EFF). Seu fundador, Julius Malema, foi líder da Liga Jovem do ANC, de onde foi expulso por defender medidas polêmicas como confisco de propriedades rurais de brancos e nacionalização do setor mineiro. Com mais de um milhão de votos (6% do total nacional) na sua primeira participação em eleições gerais, em 2014, o EFF conta com 25 membros na Câmara Baixa.

A liderança do Presidente Jacob Zuma consolidou-se no partido governista ao longo dos últimos oito anos. Eleito Presidente do ANC em dezembro de 2007, tornou-se candidato natural à sucessão de Thabo Mbeki no cargo de Presidente da República, ao qual chegou após vitória nas eleições gerais de 2009. Ao tomar posse, defendeu a necessidade de reforçar as políticas sociais, principalmente nas áreas de criação de empregos, educação, saúde e criminalidade, bem como de aprimorar o programa de crescimento econômico da população negra.

Em dezembro de 2012, Zuma foi reeleito para a liderança do partido, triunfo que abriu caminho à sua nova candidatura à Presidência e vitória nas eleições de 2014.

O sucessor de Zuma à frente do ANC será indicado em finais de 2017. Entre os prováveis candidatos estão o atual Vice-Presidente, Cyril Ramaphosa, e a ex-Chanceler e atual Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini-Zuma, ex-esposa de Zuma.

O Governo Zuma têm enfrentado frequentes críticas dos partidos de oposição em relação à suposta má gestão de recursos públicos, além de cenário de crescente insatisfação social, diante de um crescimento econômico tido como insuficiente para garantir a rápida reversão da profunda e histórica dívida social herdada do *apartheid*.

Episódio recente que acirrou as críticas contra o Governo foi a morte, em julho de 2012, de 44 mineradores em ação policial de repressão a grevistas na mina de Marikana, no mais grave incidente social ocorrido na África do Sul desde o fim do *apartheid*.

Os últimos anos foram marcados por movimentos de protesto protagonizados por trabalhadores e estudantes. Entre janeiro e junho/2014, por exemplo, ocorreu a maior greve da era pós-*apartheid* nas três principais mineradoras de platina do país,

que afetou mais de 40% da produção mundial do metal, com perdas estimadas em cerca de US\$ 2,3 bilhões para as empresas.

Em outubro/2015, manifestações estudantis tomaram os principais centros urbanos do país contra a elevação de tarifas das universidades. O movimento se alastrou com grande velocidade, e o Parlamento nacional chegou a ser invadido pelos estudantes. O Governo recuou e anunciou a decisão - assumida pessoalmente pelo Presidente Zuma – de congelar as tarifas universitárias para 2016.

POLÍTICA EXTERNA

Os desafios domésticos enfrentados pela África do Sul, tanto na política quanto na economia (ver, abaixo, item "Economia"), não afetaram o prestígio internacional de que goza o país, que continua mantendo considerável protagonismo no continente africano.

De modo geral, a administração Zuma vem mantendo as prioridades de política externa dos demais governos do período pós-*apartheid*, sobretudo na defesa dos interesses dos países africanos em fóruns multilaterais e na relevância da cooperação Sul-Sul. Exemplo recente da continuada influência diplomática da África do Sul no continente foi a eleição da ex-chanceler Nkosazana Dlamini-Zuma para o cargo de Presidente da Comissão da União Africana, em janeiro de 2012.

O Presidente Jacob Zuma vem mantendo, desde a abertura de seu segundo mandato, uma intensa agenda de visitas regionais. Em abril último, por exemplo, realizou visita de trabalho ao Egito, que marcou a normalização das relações bilaterais, virtualmente congeladas desde o golpe (fortemente condenado por Pretória) que derrubara o ex-Presidente Mohamed Morsi em 2012.

Em maio, Zuma realizou visita de Estado a Moçambique, em contexto de estremecimento das relações bilaterais, por conta de recentes ataques a estrangeiros na África do Sul, que ocasionaram a morte de cidadãos moçambicanos. Zuma desculpou-se pelos episódios e prometeu encerrar as "repatriações forçadas" de migrantes moçambicanos em situação irregular no país. Em outubro, Zuma recebeu, em Pretória, o Presidente de Moçambique Filipe Nyusi. Durante a visita, realizou-se a primeira reunião da Comissão Binacional África do Sul-Moçambique, bem como encontro do Fórum Empresarial bilateral. Foram abordados temas relacionados à cooperação em segurança transfronteiriça e à cooperação energética, em especial por meio da exploração de reservas moçambicanas de gás natural.

Em novembro, Zuma realizou duas visitas oficiais a Angola, confirmando assim o excelente estado das relações bilaterais. Entre os temas tratados, destaque para as questões regionais, sobretudo na África Austral e na região dos Grandes Lagos. Foram discutidos os esforços para a estabilização da República Democrática do Congo, bem como a necessidade de contínuo envolvimento do Conselho de Segurança e Paz da União Africana diante da instabilidade política no Burúndi.

Ainda no âmbito das relações bilaterais, uma das características marcantes do atual Governo é a aproximação entabulada com a China – principal parceiro

comercial do país, com intercâmbio bilateral superando US\$25 bilhões em 2014 e investimentos diretos superiores a US\$10 bilhões. Em abril último, o Chanceler chinês Wang Yi esteve na África do Sul para reunir-se com a Chanceler Mashabane e o Presidente Zuma. Foram discutidos os avanços no estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, em especial a instalação de seu Centro Regional Africano em Joanesburgo. O Chanceler Wang reiterou, ademais, o compromisso da China com o apoio à industrialização da África do Sul, bem como a continuidade da negociação de um acordo de comércio em moedas locais entre os dois países.

Em julho, o Vice-Presidente Cyril Ramaphosa realizou visita à China para avistar-se com o Presidente Xi Jinping e com o Primeiro-Ministro Li Keqiang. Foram discutidos temas econômicos e comerciais, como foco no papel das empresas estatais para o crescimento e desenvolvimento. Há expectativas de que a África do Sul possa utilizar-se do modelo chinês de empresas estatais para fortalecer seu processo de renovação industrial atualmente em curso.

No âmbito multilateral, a África do Sul serviu recentemente duas vezes como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, com hiato de apenas dois anos entre os mandatos. O país vem alocando significativos recursos humanos e materiais em atividades de construção da paz no continente africano, seja mediante o envio de tropas (tanto para contingentes da ONU, quanto em iniciativas unilaterais), seja pela participação em esforços de mediação.

Nesse sentido, por exemplo, em 2013 a África do Sul integrou, ao lado de tropas tanzanianas, o componente militar enviado à RDC, sob a égide das Nações Unidas, para combater o grupo rebelde M23 no leste do país. Atuou, ademais, em prol da solução do conflito no Sudão do Sul e participou – por meio de enviado especial, o atual Vice-Presidente Cyril Ramaphosa – da mediação da crise política que assolou o Lesoto em 2014. Por fim, em maio de 2015, enviou ao Burúndi o Ministro da Presidência sul-africana, Jeff Radebe, para mediar os confrontos entre Governo e oposição, por ocasião da tentativa do Presidente Pierre Nkurunziza de obter um terceiro mandato à revelia da Constituição daquele país.

Cabe destacar, por fim, a mencionada importância atribuída pela política externa sul-africana ao BRICS, bem como a participação do país no IBAS.

Recentemente, o Governo sul-africano viu-se envolvido em polêmica internacional quando, em maio último, o Presidente sudanês, Omar al-Bashir, em visita à África do Sul para participar de Assembleia da União Africana, deixou o país não obstante mandado em favor de sua prisão, emitido por tribunal da Província de Gauteng Norte, com base em orientação do Tribunal Penal Internacional (de cujo estatuto a África do Sul é parte). As ações do Governo foram defendidas pelo ANC, que em seu Conselho Nacional Geral, realizado em outubro, criticou o TPI por sua atuação como "instrumento de justiça seletiva".

1. Panorama geral e perspectivas. A África do Sul é a segunda maior economia da África, após a Nigéria. O país conta com sistema bancário maduro, sistema regulatório abrangente, indústrias de manufatura estabelecidas e infraestrutura desenvolvida. Em paralelo a esta economia financeira e industrial sofisticada, encontra-se significativo setor informal. A inclusão da população à margem do desenvolvimento econômico é o principal desafio do Governo sul-africano desde a transição democrática.

O desempenho de longo prazo da economia da África do Sul tem perspectivas positivas. Recentemente, contudo, o Governo vem enfrentando quadro de crescimento econômico lento, acompanhado de alto desemprego, o que tem impactos negativos na promoção de um desenvolvimento econômico socialmente inclusivo.

A economia sul-africana cresceu 1,5% em 2014, terceiro ano consecutivo de desaceleração. Dois setores industriais especialmente relevantes registraram recuo: mineração (-1,6%) e eletricidade (-0,9%). Contribuem para esses resultados negativos as conturbadas relações trabalhistas e a escassez de energia elétrica, duas das principais dificuldades internas que o governo precisa equacionar para impulsionar a economia nacional.

Tensões entre empregadores e trabalhadores, especialmente no setor minerador, vêm aumentando na África do Sul, sobretudo em decorrência da queda nos preços internacionais dos principais minérios exportados pelo país (como platina, ouro, ferro e manganês) - o que pressiona os custos de operação das grandes mineradoras.

A economia sul-africana também enfrenta desafios estruturais no fornecimento de energia elétrica. A capacidade de geração de energia, estagnada há quase seis anos, é apenas 1% superior ao total consumido, o que implica racionamento frequente. A crise energética afeta diretamente a capacidade de produção industrial nacional. Ainda que o atual cronograma de construção de novas usinas seja cumprido, avalia-se que a expansão da oferta será insuficiente para solucionar a deficiência estrutural.

Segundo estimativas do Governo, a economia deveria crescer em torno de 5% ao ano para permitir redução significativa do desemprego, que atinge 24,9% da população economicamente ativa do país (entre os jovens, a taxa chega a 50%, a terceira maior do mundo, segundo dados do Fórum Econômico Mundial).

2. Comércio exterior. A África do Sul permanece diante do desafio de diversificar sua pauta de comércio exterior. A balança comercial do país tem tendência deficitária, com exportações concentradas em produtos primários, sobretudo minerais, e importações em produtos manufaturados.

Entre 2005 e 2014, as exportações do país cresceram 92,8%, de US\$ 47 bilhões para US\$ 90,6 bilhões. Em 2015, contudo, o acumulado de janeiro a junho indicou redução anual de 6,8%, o que reflete a mencionada queda dos preços internacionais de determinadas commodities. As importações cresceram 81,5% no período de referência, de US\$ 55,0 bilhões (2005) para US\$ 99,9 bilhões (2014). No acumulado de janeiro a junho de 2015 também registraram decréscimo anual de 10,7%.

Em 2014, o déficit comercial do país aumentou 12,1% em relação ao ano anterior, para US\$ 9,3 bilhões. Em 2015, o acumulado janeiro-junho registra resultado negativo de US\$ 2,2 bilhões.

Os principais mercados de destino para as exportações sul-africanas em 2014 foram China (9,6% do total), Estados Unidos (7,1%), Japão (5,4%), Botsuana (5,3%), Namíbia (5,0%), Alemanha (4,7%) e Índia (4,2%). O Brasil foi o 31º mercado de destino, com participação de apenas 0,7% sobre o total.

Já os principais fornecedores do país foram China (15,5%), Alemanha (10,0%), Arábia Saudita (7,1%), Estados Unidos (6,6%), Nigéria (5,1%), Índia (4,6%) e Japão (3,8%). O Brasil foi o 18º supridor, com participação de 1,4% sobre o total adquirido.

3. Comércio bilateral. O comércio bilateral entre o Brasil e a África do Sul cresceu 14,3% entre 2005 e 2014, de US\$ 1,713 bilhão para US\$ 1,957 bilhão. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. No último triênio, os superávites foram de US\$ 916,8 milhões (2012); US\$ 1,117 bilhão (2013); e US\$ 493,8 milhões (2014).

No acumulado entre janeiro e outubro de 2015, o fluxo comercial foi de US\$ 1,718 bilhão (alta anualizada de 2,3%), com superávit de US\$ 594 milhões para o Brasil (elevação de 43,8% sobre o mesmo período de 2014).

As exportações brasileiras para a África do Sul decresceram 10,6% entre 2005 e 2014, de US\$ 1,371 bilhão para US\$ 1,226 bilhão. No acumulado entre janeiro e outubro de 2015, as vendas alcançaram US\$ 1,156 bilhão, um crescimento de 10,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo crescimento nas exportações de zinco e açúcar.

A pauta de exportação brasileira é caracterizada por forte presença de produtos manufaturados, categoria que em 2014 representou 74% do total. Naquele ano, os principais produtos exportados foram tratores rodoviários para semirreboques (8,3% do total), carnes de frango (7,8%), veículos automóveis (7,1%) e açúcar (3,9%).

Ainda com relação a 2014, a África do Sul foi o vigésimo mercado global de destino para os produtos manufaturados brasileiros. Em território africano, o país foi o terceiro destino para as exportações brasileiras, após Egito e Angola.

Por sua vez, as importações do mercado sul-africano aumentaram 114% entre 2005 e 2014, de US\$ 341,5 milhões para US\$ 731,9 milhões. Entre janeiro e outubro de 2015, somaram US\$ 562,2 milhões (baixa de 11,2% em relação ao mesmo período de 2014). Essa retração foi motivada pela forte diminuição nas importações de polipropileno; paládio e ligas de alumínio.

Em 2014, os principais produtos importados da África do Sul foram carvão mineral/hulha betuminosa (12,5% do total), herbicidas (9,1%), automóveis (5,9%) e polipropileno (5,4%). Em 2014, o país foi o sexto maior fornecedor brasileiro em território africano.

Em relação a novas oportunidades de comércio, os grupos de produtos brasileiros considerados como de maior potencial de inserção no mercado sul-africano

são: automóveis e autopeças; medicamentos; óxidos de alumínio; aviões, helicópteros e partes; tratores; torneiras, válvulas para canalizações; e resíduos da extração do óleo de soja, para alimentação animal.

É oportuno registrar a inauguração, em 2013, de escritório de representação do BNDES em Joanesburgo. Desde então, a representação tem prestado informações sobre as modalidades de financiamento às exportações de bens e serviços brasileiros, bem como sobre os instrumentos de apoio à internacionalização de empresas brasileiras que buscam oportunidades de negócio na África.

Cabe destacar, ainda que se espera incremento no comércio bilateral após a entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), aprovado em setembro de 2015 pelo Senado Federal e à espera de ratificação presidencial.

4. Comércio agrícola bilateral e entraves a exportações. O comércio agrícola entre Brasil e África do Sul é predominantemente composto pelas exportações brasileiras (sobretudo por carnes, principalmente de frango, e por açúcar). Apenas 2,2% de tudo que é importado da África do Sul têm origem agrícola (US\$ 15,56 milhões em 2013).

Estima-se que há potencial para aumento do comércio agrícola bilateral, pois apesar de pautas exportadoras semelhantes, os países não exportam necessariamente os mesmos produtos, o que possibilitaria ao Brasil explorar, por exemplo, a vasta rede de atacadistas sul-africana no continente.

Observam-se, entretanto, resistências no mercado sul-africano aos produtos do agronegócio brasileiro. Para produtos de origem vegetal, os principais entraves têm sido aumentos nas tarifas de importação para açúcar (90% importado do Brasil), milho e trigo. No caso dos produtos de origem animal, os obstáculos referem-se a requisitos sanitários, no caso das carnes suína e bovina, e direitos antidumping e majoração tarifária, no caso do frango. Foram concluídas, recentemente, as negociações de Certificados Sanitários Internacionais para a exportação de carne bovina desossada e carne suína para processamento posterior. Certificados para carne bovina com osso e carne suína para venda livre seguem em negociação com as autoridades sanitárias locais.

Está em negociação, no âmbito das mencionadas Reuniões de Preparação e Seguimento de Assuntos Bilaterais, a criação de uma Comissão para Temas Agrícolas entre Brasil e África do Sul. Seu estabelecimento reflete a necessidade de tornar mais ágil o diálogo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Departamento de Agricultura, Florestas e Pesca (DAFF) daquele país, com vistas a facilitar a tramitação de certificados e demais documentos relativos ao comércio bilateral de bens agrícolas.

Entre os temas que o Brasil espera ver tratados nesse mecanismo, ressalte-se a abertura de mercado e a atualização dos requisitos para exportação de carne suína, proteína animal processada de origem bovina, farinha de penas de aves e manga, além

de consultas e intercâmbio direto de informação a respeito de questões de interesse mútuo.

5. Investimentos bilaterais. Os últimos três anos registraram investimentos significativos da África do Sul no Brasil. As empresas sul-africanas atuam no setor de serviços, em especial comércio eletrônico e tecnologias da informação, mineração e infraestrutura. Entre os destaques, constam o megaprojeto de extração, transporte e exportação de minério de ferro da empresa Anglo American, a compra de 30% da editora Abril pelo grupo Naspers e a concessão do aeroporto de Guarulhos para o consórcio integrado pela Airports Company of South Africa (ACSA), com aportes da ordem de R\$1,6 bilhão ao longo dos próximos 20 anos.

Da parte brasileira, foram iniciados investimentos na área de produção de cimento pela Intercement (Grupo Camargo Corrêa) e produção de motores pela empresa ZEST WEG. Além dos novos investimentos, a Marcopolo conta com fábrica no país desde o início da década de 1990. Número significativo de empresas brasileiras também conta com escritórios de representação comercial em Joanesburgo, com atuação que abrange todo o continente africano. Entre essas empresas cabe citar BRF, Fras-le, Odebrecht, Randon e Tramontina.

Em relação a perspectivas de novos investimentos, cabe destacar que o Grupo LATAM anunciou recentemente que a TAM operará quatro frequências semanais entre os aeroportos de Guarulhos e Joanesburgo, a partir de agosto de 2016. Deverá ser a primeira ligação aérea entre o Brasil e o continente africano a ser operada por empresa brasileira, após muitos anos.

6. Negociações para a assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Está em curso negociação com as autoridades sul-africanas para a assinatura de ACFI, acordo já assinado com Moçambique, Angola, México, Maláui, Colômbia e Chile, e também proposto a outros países, como Peú, Argélia, Catar, Cingapura, Marrocos, Nigéria, Omã, República Dominicana, Tunísia e Vietnã.

A proposta de ACFI entre o Brasil e países receptores de investimentos brasileiros busca incentivar o investimento recíproco através de estabelecimento de mecanismo intergovernamental bilateral para divulgação de oportunidades, intercâmbio de informações e lançamento de iniciativas de facilitação de negócios.

O projeto de acordo foi elaborado pelo Itamaraty, MDIC e o Ministério da Fazenda, de conformidade com mandato aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) em junho de 2013. O setor privado brasileiro (CNI, FIESP) foi consultado na elaboração da proposta de texto e demonstrou grande interesse por instrumento legal internacional que contribua para a promoção de investimentos brasileiros no exterior.

O ACFI não contém certas cláusulas-padrão dos Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos (APPis), tais como arbitragem investidor-Estado e expropriação indireta e está baseado em três pilares: i) cláusulas normativas não

controversas como tratamento nacional e de nação mais favorecida, além de disciplinas básicas sobre expropriação direta, ii) comitês conjuntos com agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos; e iii) ênfase em mitigação de riscos e prevenção de controvérsias.

Cronologia das Relações Bilaterais

1918: abertura do Consulado do Brasil na Cidade do Cabo

1948: estabelecimento de relações diplomáticas e abertura de legação brasileira em Pretória

1952: abertura de Escritório de Representação sul-africano no Rio de Janeiro

1971: abertura de Delegação Diplomática da África do Sul em Brasília, convertida em Embaixada no ano seguinte

1974: a legação brasileira é transformada em Embaixada, mas chefiada por Encarregados de Negócios, em repúdio à política do *apartheid*

1985: o Decreto 91524 estabeleceu restrições ao relacionamento com a África do Sul, também em repúdio ao *apartheid*

1991: visita de Mandela, então líder do ANC, ao Brasil

1992: levantamento parcial das sanções brasileira e envio de Embaixador brasileiro

1994: levantamento das sanções brasileiras remanescentes

1996 (novembro): visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à África do Sul, a primeira de um Presidente brasileiro ao país

1998 (julho): visita oficial do Presidente Nelson Mandela ao Brasil

2000 (dezembro): Assinatura do Acordo Quadro MERCOSUL-SACU

2002 (agosto): I Reunião da Comissão Mista Brasil-África do Sul

2003 (junho): criação do Fórum IBAS

2003 (novembro): visita do Presidente Lula à África do Sul

2006: início do projeto bilateral de construção do míssil A-Darter

2006 (setembro): visita do Presidente Thabo Mbeki ao Brasil (I Cúpula do IBAS)

2007 (outubro): visita do Presidente Lula à África do Sul

2009 (outubro): visita do Presidente Zuma ao Brasil

2010 (abril): visita do Presidente Zuma ao Brasil (IV Cúpula do IBAS)

2010 (junho): visita do Presidente Lula à África do Sul

2011 (julho): visita do Chanceler Antônio Patriota à África do Sul

2011 (outubro): visita da Presidente Dilma Rousseff à África do Sul (V Cúpula do IBAS)

2011: entrada da África do Sul no BRICS

2013 (março): visita da Presidente Dilma Rousseff à África do Sul (V Cúpula do BRICS)

2013 (dezembro): participação da Presidente Dilma nas exéquias do ex-Presidente Nelson Mandela, em Pretória

2014 (julho): visita do Presidente Jacob Zuma ao Brasil (VI Cúpula do BRICS);

2015 (janeiro): visita da Chanceler Maite Mashabane ao Brasil (posse da Presidente Dilma Rousseff)

Cronologia do País

1652: fundação da Colônia do Cabo por holandeses e início do assentamento na região

1806-1814: ocupação britânica da Colônia do Cabo

1830-1840: grupos africanos deixam a Colônia do Cabo em direção ao interior do país

1867-1886: descoberta de diamantes e ouro no interior do país

1902: término da Guerra Anglo-Bôer, com a vitória dos ingleses

1910: criação da União Sul-Africana

1912: fundação do partido "African National Congress" (ANC)

1948: adoção do *apartheid* como política oficial

1960: banimento do ANC

1961: autodeclaração de república e saída da Commonwealth

1964: prisão de Nelson Mandela, líder do braço armado do ANC

1976: levante de Soweto

1985: imposição de sanções econômicas por países como EUA, Japão e membros da Então Comunidade Econômica Europeia

1989: eleição de Frederik de Klerk.

1990: legalização de movimentos negros anti-*apartheid* e libertação de Nelson Mandela

1992: a população branca aprova em referendo a política de De Klerk para pôr fim ao *apartheid*

1994: Nelson Mandela é eleito Presidente nas primeiras eleições multipartidárias e não raciais

1995: início dos trabalhos da Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR)

1996: aprovação da nova Constituição

1999: eleição de Thabo Mbeki

2004: reeleição de Thabo Mbeki

2008: renúncia de Thabo Mbeki e assunção de Kgalema Motlanthe

2009: eleição de Jacob Zuma

2014: reeleição de Jacob Zuma

Atos bilaterais em vigor

Título do Acordo	Data de Celebração	Vigência	Assunto
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul de Cooperação Técnica	01/03/2000	Em Vigor	Cooperação Técnica
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	04/06/2003	Situação especial	Defesa e Assuntos Militares
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul (no Campo da Educação).	07/07/2009	Em Vigor	Cooperação Artístico-cultural
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	08/11/2003	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda	08/11/2003	Em Vigor	Aduanas, Impostos e Tarifas
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Consultas e Cooperação na Área das Relações Intergovernamentais	09/07/2010	Em Vigor	Cooperação Interinstitucional
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Departamento de Comércio e Indústria da República da África do Sul para Promoção do Comércio e Investimento	09/10/2009	Em Vigor	Comércio
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área do Esporte	09/10/2009	Em Vigor	Cooperação Educacional e Esportiva

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul Relativo à Assistência Mútua entre suas Administrações Aduaneiras.	11/05/2008	Em Vigor	Aduanas, Impostos e Tarifas
Acordo sobre Isenção de Tributos nos Serviços de Telecomunicações	12/03/1974	Em Vigor	Aduanas, Impostos e Tarifas
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul em Cooperação no Setor de Assentamentos Humanos	13/09/2005	Em Vigor	Cooperação Técnica
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Brasil-África do Sul	13/12/2000	Em Vigor	Comissão Mista
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente.	16/09/2013	Em Vigor	Meio Ambiente
Memorando de Entendimento sobre Relações Aeronáuticas	19/01/1972	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento sobre Relações Aeronáuticas entre os dois Países	19/01/1972	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	21/07/1998	Expirado	Consultas Diplomáticas
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo do Desenvolvimento Social	24/08/2010	Em Vigor	Cooperação Técnica (Direitos Humanos)
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul na Área de Previdência Social	24/08/2010	Em Vigor	Previdência Social
Acordo para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, Oficial e Comum	26/11/1996	Em Vigor	Vistos e Imigração
Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura	26/11/1996	Em Vigor	Cooperação Artístico-cultural
Acordo sobre Serviços Aéreos entre seus Territórios e Além	26/11/1996	Em Vigor	Transporte Aéreo

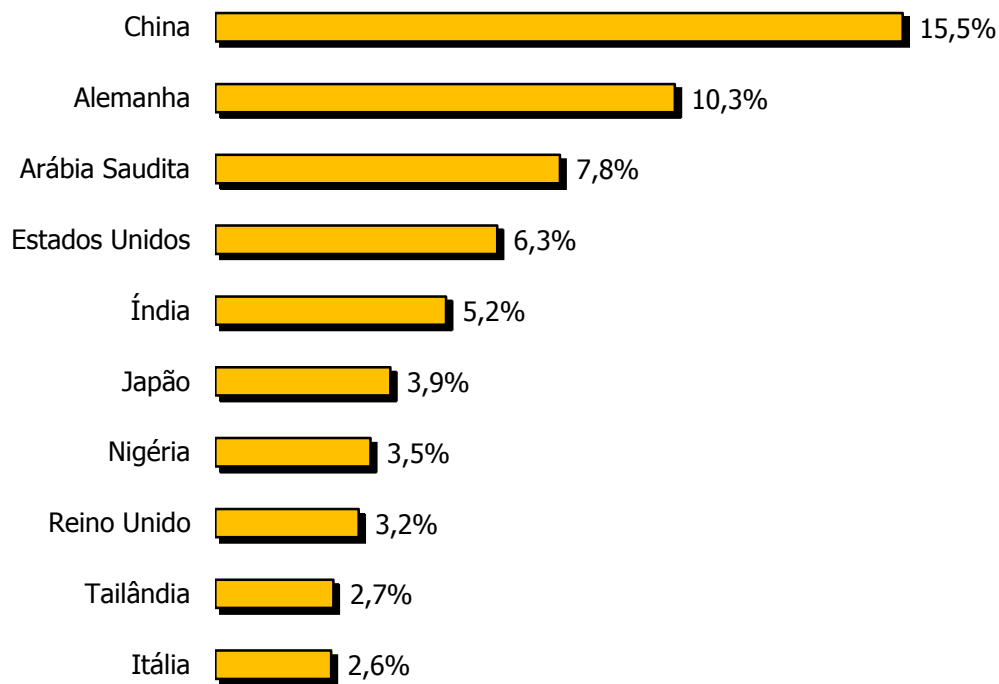
Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos	26/11/1996	Em Vigor	Entorpecentes
Acordo para Evitar a Dupla Tributação nos Lucros Decorrentes dos Transportes Marítimo e Aéreo	29/03/1972	Em Vigor	Aduanas, Impostos e Tarifas
Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira	29/08/1973	Em Vigor	Relações Diplomáticas e Consulares
Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, Celebrada em Pretória, em 8 de novembro de 2003	31/07/2015	Em tramitação no Poder Executivo	Cooperação Financeira (Aduanas, Impostos e Tarifas)

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Origem das Importações da África do Sul US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part.% no total
China	16,01	15,5%
Alemanha	10,70	10,3%
Arábia Saudita	8,03	7,8%
Estados Unidos	6,57	6,3%
Índia	5,38	5,2%
Japão	4,08	3,9%
Nigéria	3,62	3,5%
Reino Unido	3,34	3,2%
Tailândia	2,75	2,7%
Itália	2,70	2,6%
...		
<i>Brasil (17ª posição)</i>	<i>1,61</i>	<i>1,6%</i>
Subtotal	64,77	62,6%
Outros países	38,69	37,4%
Total	103,46	100,0%

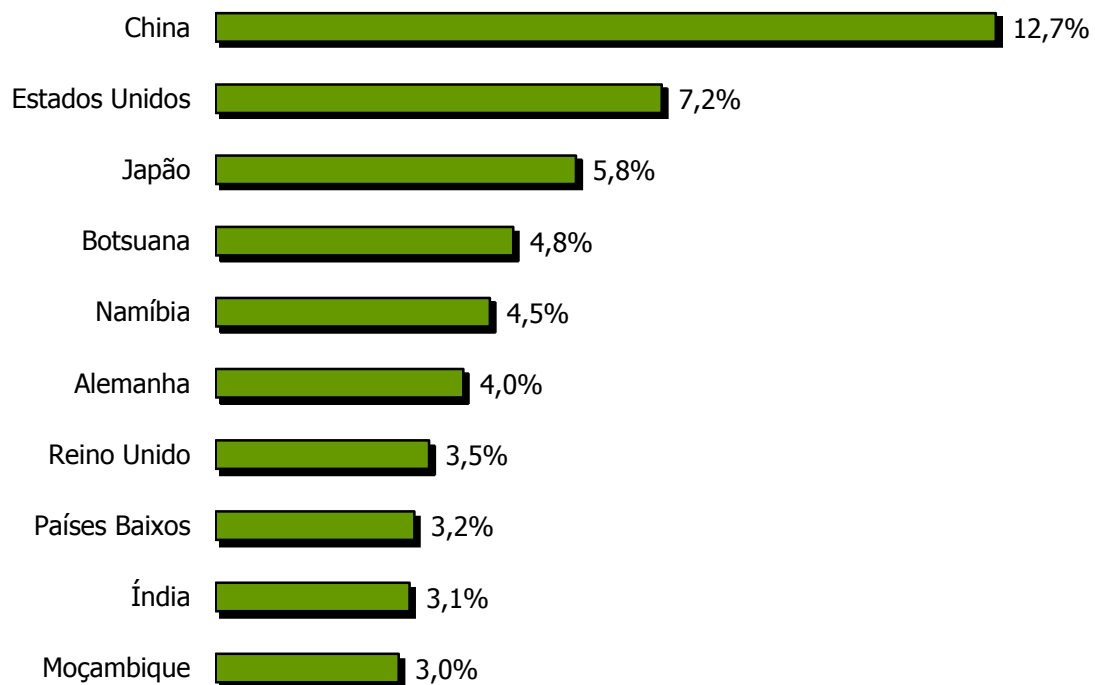
10 principais origens das importações



Direção das Exportações da África do Sul
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
China	12,06	12,7%
Estados Unidos	6,90	7,2%
Japão	5,57	5,8%
Botsuana	4,60	4,8%
Namíbia	4,24	4,5%
Alemanha	3,83	4,0%
Reino Unido	3,30	3,5%
Países Baixos	3,07	3,2%
Índia	3,00	3,1%
Moçambique	2,83	3,0%
...		
<i>Brasil (31ª posição)</i>	<i>0,66</i>	<i>0,7%</i>
Subtotal	50,05	52,6%
Outros países	45,17	47,4%
Total	95,22	100,0%

10 principais destinos das exportações



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da África

Divisão da África II

LESOTO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Novembro de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino do Lesoto
GENTÍLICO	lesotiano
CAPITAL	Maseru
ÁREA	30.344 km²
POPULAÇÃO (est. 2014)	2,193 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês e soto
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (91%); animismo (7,7%); outros (1,1%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Senado)
CHEFE DE ESTADO	Rei Letsie III
CHEFE DE GOVERNO	Pakalitha Mosisili
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Tlohang Sekhamane
PIB nominal (2014)	US\$ 2,335 bilhões
PIB PPP (2014)	US\$ 3,736 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2014)	US\$ 1.105
PIB PPP <i>per capita</i> (2014)	US\$ 1.703
VARIAÇÃO DO PIB	3,9% (2014), 6,8% (2013); 5,16% (2012); 3,9% (2011); 3,4% (2010); 2,4% (2009)
IDH (2013)	0,450 (160º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2013)	48,9 anos
TAXA ALFABETIZAÇÃO (2013)	75,8%
ÍNDICE DESEMPREGO (2014)	25,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Loti
EMBAIXADOR PARA O BRASIL	Eliachim Molapi Sebatane (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → LESOTO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	61.780	79.079	51.876	48.410	100.400	46.598	70.931	78.270	32.533
Exportações	53.641	79.079	0	0	0	0	11.790	54.349	24.295
Importações	8.139	0	51.876	48.410	100.400	46.598	59.141	23.921	8.238
Saldo	45.502	79.079	-51.876	-48.410	-100.400	-46.598	-47.35	30.428	16.057

PERFIS BIOGRÁFICOS



LETSIE III

Rei

Nascido em 1963, assumiu o trono quando seu pai, Moshoeshoe II, foi forçado ao exílio, em 1990. Moshoeshoe II retornou ao trono brevemente em 1995, mas morreu em 1996, vítima de acidente automobilístico, e Letsie III reassumiu. Foi educado no Ampleforth College, Reino Unido. Formou-se em Direito pela Universidade Nacional do Lesoto. Estudou também nas Universidades de Bristol e Cambridge. É casado e tem três filhos.



BETHUEL PAKALITHA MOSISILI

Primeiro-Ministro

Nascido em 1945, o Primeiro Ministro B. P. Mosisili formou-se em Línguas Africanas e Educação na Universidade de Botsuana, Lesoto e Suazilândia, em 1970. Obteve mestrado em Linguística na Universidade de Wisconsin, EUA, em 1976, e curso de Linguística na Educação na Universidade de British Columbia, Canadá, em 1982. Em 1993 foi eleito deputado e assumiu o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Em 1995, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior e Governo Local. Entre 1998 e 2012, exerceu os cargos de Primeiro

Ministro, Ministro da Defesa e Ministro dos Serviços Públicos. Renunciou em 2012, após seu partido de então, o *Lesotho Congress for Democracy* (LCD), não ter conseguido maioria nas eleições parlamentares. Retornou ao cargo de Primeiro Ministro em março de 2015, após vitória eleitoral de seu novo partido, o *Democratic Congress*.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Lesoto em 1970, mas nunca abriu Embaixada residente no país. Os temas relativos ao Lesoto eram acumulados pela Embaixada em Maputo até 1997, quando foram assumidos pela Embaixada em Pretória. A Embaixada do Lesoto em Washington trata dos temas relativos ao Brasil.

A única visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil ocorreu em 2010, ocasião em que foi assinado Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, ainda em fase de promulgação. Não há acordos bilaterais em vigor. Igualmente, não há registro de visita do Chanceler brasileiro ao Lesoto.

O Governo do Lesoto tem manifestado, com frequência, intenção de dar início a projetos bilaterais de cooperação com o Brasil. Os temas de interesse do país são variados: agricultura, segurança alimentar, saúde, gestão de programas sociais, merenda escolar e, recentemente, cooperação esportiva.

Recentemente, em outubro último, o Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto, Molahlehi Letlotlo, realizou missão a Brasília, ocasião em que se encontrou com sua contraparte brasileira e manteve reuniões sobre programas sociais brasileiros, como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria.

No mês seguinte, o Embaixador não residente do país, Eliachim Molapi Sebatane, visitou a capital federal, onde manteve encontros com diferentes setores do Ministério das Relações Exteriores para avaliações preliminares sobre eventuais projetos de cooperação. O Embaixador também participou de inauguração de Consulado Honorário do Lesoto na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo.

O Reino do Lesoto tem sistematicamente apoiado candidaturas brasileiras. Defendeu, por exemplo, as eleições de Roberto Azevêdo como Diretor-Geral da OMC e de José Graziano da Silva como Diretor-Geral da FAO.

POLÍTICA INTERNA

O Lesoto situa-se dentro do território da África do Sul. Trata-se de país montanhoso, cujo ponto geográfico de menor altitude encontra-se a mais de 1.000 m de altitude.

As origens do país datam do século XIX, quando o “pai da nação”, o Rei Moshoeshoe I, em meio ao conflito generalizado entre tribos da região e os africanos (colonizadores brancos de origem holandesa), solicitou ao Império Britânico o status de protetorado para a região conhecida como Basutolândia, o que viria a correr em 1868. O Reino do Lesoto tornar-se-ia independente quase cem anos mais tarde, em 4 de outubro de 1966.

A Constituição prevê um regime político no qual coexistem um monarca, com poderes limitados, e uma Assembleia Nacional, eleita por sufrágio universal. O Primeiro-Ministro é o líder do partido mais votado nas eleições legislativas. Segundo relatório recente do Conselho de Direitos Humanos da ONU, há no país liberdade de imprensa e liberdade de manifestação.

O Lesoto passou por período politicamente turbulento em outubro de 2014, após o fechamento do Parlamento pelo então Primeiro-Ministro Thomas Thabane, sob a alegação de "ameaça iminente de golpe de Estado". Em reação, os militares ameaçaram derrubar o Primeiro-Ministro, que foi forçado a deixar o país e a se asilar na África do Sul. Para negociar uma solução pacífica, a SADC enviou o Vice-Presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, sob cuja mediação foi firmada a "Declaração de Facilitação de Maseru", que reabriu o Parlamento e garantiu o retorno de Thabane ao poder, mediante compromisso de antecipação das eleições gerais para fevereiro de 2015.

As eleições, consideradas pacíficas e transparentes por observadores estrangeiros, foram vencidas pelo partido oposicionista *Democratic Congress* (com maioria de apenas um assento no Parlamento), o que garantiu a recondução de seu líder, Pakalitha Mosisili, ao cargo de Primeiro-Ministro. A oposição é liderada pelo *All Basotho Congress*, que obteve 46 assentos.

POLÍTICA EXTERNA

Não obstante seus poucos recursos de poder, o Lesoto mantém relações diplomáticas com mais de 70 países, ademais de ter atuação ativa em organizações regionais, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), com as quais a sua política econômica está entrelaçada.

Por sua dimensão reduzida e peculiar posição geográfica, dentro do território sul-africano, o Lesoto mantém relação de estreita dependência em com seu vizinho, sobretudo em questões econômicas. Os sul-africanos exercem tradicional papel de estabilização do país, a exemplo da mencionada mediação do Vice-Presidente Cyril Ramaphosa, em nome da SADC, em outubro de 2014.

Outro parceiro internacional importante para o país é os Estados Unidos, tendo em vista ser o Lesoto beneficiário de acesso isento de impostos ao mercado norte-americano, por meio do "Africa Growth and Opportunity Act" (AGOA).

Embora tenha no passado reconhecido Taiwan, hoje o Lesoto mantém relações diplomáticas com a China, as quais vêm se intensificando em anos recentes.

ECONOMIA

Como mencionado, a economia do Lesoto, país montanhoso e essencialmente rural, é altamente dependente da África do Sul. Do vizinho provêm 90% das importações lesotianas, não obstante grande parte da população local estar envolvida no cultivo de subsistência e na criação de animais.

A indústria mineira sul-africana chegou a empregar um terço da força de trabalho do país na década de 1990, período em que as remessas de divisas desses trabalhadores correspondiam a cerca de 70% das receitas nacionais. Em decorrência da crise no setor extrativista, ambos os percentuais vêm caindo (as remessas dos trabalhadores, por exemplo, correspondem hoje a menos de 30% do PIB nacional). No presente, a maior parte das receitas do Estado provém da arrecadação de gravames aduaneiros decorrentes de sua participação na União Aduaneira da África Meridional (SACU).

Ao longo da última década, a economia lesotiana tornou-se cada vez mais dependente de dois setores-chave, mineração e indústria têxtil e de vestuário, que, juntos, constituem quase 50% do PIB. A agricultura também continua sendo um setor importante, já que a maior parte da população vive na zona rural e é dependente do setor.

O Governo também desempenha um papel-chave na economia, em virtude da dimensão do funcionalismo público e dos programas de desenvolvimento de infraestrutura.

Comércio bilateral

O comércio bilateral ainda é incipiente. Atingiu seu auge em 2005 (US\$ 1,3 milhão) e em 2014 alcançou seu patamar mais baixo desde então (apenas US\$ 32 mil, com saldo de US\$ 16 mil favorável ao Brasil). Os principais produtos exportados para o Brasil são couros, peles e calçados. Já os produtos brasileiros importados pelo Lesoto são, principalmente, máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

Cronologia das Relações Bilaterais

1970 – Estabelecimento de relações diplomáticas.

- 1991 – Abertura de Consulado Honorário de Lesoto em São Paulo.
- 1997 – Transferência da cumulatividade de Maputo para Pretória.
- 2008 – Encontro entre chanceleres dos dois países à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha), ocasião em que trataram das possibilidades de cooperação no campo da agricultura.
- 2009 – O Lesoto envia ao Brasil proposta de acordo de cooperação técnica, científica, cultural e econômica.
- 2010 - Visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil e assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica
- 2015 – Visita de Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto ao Brasil
- 2015 – Visita do Embaixador não residente do Lesoto ao Brasil

Cronologia do País

- 1868 – Estabelecimento oficial do protetorado britânico.
- 1966 – O Reino do Lesoto torna-se independente. Primeira Constituição do país é promulgada.
- 1970 – Leabua Jonathan anula as eleições, suspende a Constituição e assume as funções de Presidente e Primeiro-Ministro do Lesoto. Líderes da oposição são exilados.
- 1986 – Leabua Jonathan é deposto por golpe militar e preso. Instaurada junta que governa o país em regime de exceção.
- 1988 – Os poderes do Rei Moshoeshoe II são suspensos.
- 1990 – O Rei Moshoeshoe II é exilado.
- 1991 – Nova Constituição é promulgada. Regime de exceção é suspenso e atividades políticas voltam a ser permitidas no país.
- 1995 – Em janeiro, o Rei Moshoeshoe II regressa de seu exílio no Reino Unido e reassume o trono.
- 1996 – Rei Moshoeshoe II falece em acidente de automóvel nas montanhas do Lesoto. Seguindo recomendação do Conselho de Chefes, o rei Letsie III assume a coroa.
- 1998 – A pedido do Governo lesotiano, SADC envia força de estabilização ao país para viabilizar a posse do governo do Primeiro-Ministro eleito, Pakalitha Mosisili.
- 2007 – O Parlamento é dissolvido e eleições são convocadas antecipadamente.
- 2009 – Crise entre governo e oposição derivada da distribuição de assentos parlamentares das eleições de 2007 é objeto de mediação do Conselho Cristão de Igrejas do Lesoto.

2012 – Coalizão liderada pelo partido *All Basotho Convention* vence eleições parlamentares do país. Tom Thabane é o novo Primeiro-Ministro.

2014 – Alegando "ameaça iminente de golpe de Estado", Tom Thabane suspende atividades do Parlamento. Militares ameaçam derrubar o Primeiro-Ministro, que é forçado a deixar o país e se asilar na África do Sul.

2014 - SADC envia o Vice-Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, para mediar a crise no país, o que resulta na reabertura do Parlamento e no retorno ao poder do Primeiro-Ministro Tom Thabane, mediante compromisso de antecipação das eleições gerais para o início de 2015.

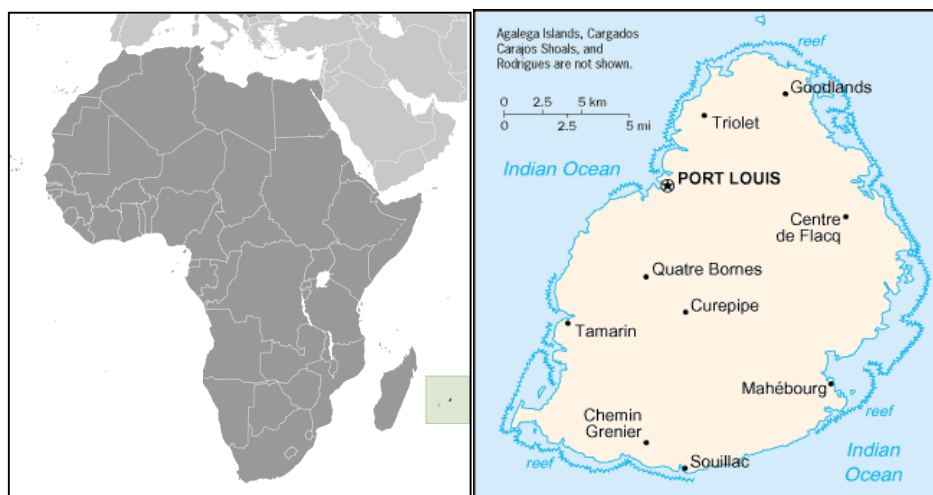
2015 – Eleições antecipadas são realizadas, dando a vitória ao Democratic Congress. O Primeiro-Ministro Pakalitha Mosisili volta ao poder.

Atos bilaterais em vigor

O único ato bilateral entre os dois países, o Acordo Quadro de Cooperação Técnica, assinado em 2010, aguarda publicação de decreto presidencial para sua entrada em vigor.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DE ÁFRICA II

MAURÍCIO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Dezembro de 2015

Dados Básicos	
NOME OFICIAL	República de Maurício
GENTÍLICO	Mauriciano
CAPITAL	Porto Luís (em inglês, <i>Port Louis</i> ; em francês, <i>Port-Louis</i>)
ÁREA	2.040 km²
POPULAÇÃO	1,286 milhão
LÍNGUA OFICIAL	Não há língua oficial; a Constituição do país dispõe apenas que "a língua oficial da Assembleia Nacional [<i>o Parlamento</i>] será o inglês, mas os parlamentares poderão também usar o francês"
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hinduístas (52%), católicos (23%), muçulmanos (17%)
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Ameenah Gurib
CHEFE DE GOVERNO	Anerood Jugnauth
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Etienne Sinatambou
PIB nominal (2014)	US\$ 12,62 bilhões
PIB PPP (2014)	US\$ 23,067 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2014)	US\$ 9.710
PIB PPP <i>per capita</i> (2014)	US\$ 18.290
VARIAÇÃO DO PIB (%, BM)	3,2% (2014); 3,3% (2013); 3,4% (2012); 4,1 % (2011); 4% (2010); 3,0 (2009); 6 % (2008); 6% (2007)
IDH	0,728 (78º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA	73,4 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	87,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Rupia mauriciano
EMBAIXADOR PARA MAURÍCIO	-
EMBAIXADOR PARA O BRASIL	Sooroojdev Phokeer (Residente em Washington)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → MAURÍCIO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	7.616	16.240	8.630	9.387	9.929	11.917	15.065	12.883	34.384	20.955	26.601	24.265
Exportações	3.846	14.614	8.147	6.363	8.350	11.041	14.329	11.734	33.394	19.130	25.215	22.716
Importações	3.769	1.626	483	3.024	1.579	876	736	1.149	990	1.864	1.386	1.548
Saldo	76	12.987	7.664	3.338	6.770	10.165	13.592	10.584	32.403	17.266	23.829	21.167



AMEENAH GURIB

Presidente

Nascida em 1959, Ameenah Gurib-Fakim é especialista em ciência da biodiversidade. Antes de assumir a Presidência, atuou como professora de química orgânica e Vice-Reitora da Universidade de Maurício. Também foi chefe do escritório regional para a África do *International Council for Scientific Union*, além de diretora da empresa *CIDP Research & Innovation*, dedicada à pesquisa da flora nativa de Maurício. É filiada ao partido *Alliance Lepep*.

Após a renúncia do Presidente Rajkesuwur Puryag, em maio de 2015, foi indicada pela Assembleia Nacional, por unanimidade, como a nova Chefe de Estado – a primeira mulher eleita para o cargo na história do país.



ANEROOD JUGNAUTH

Primeiro-Ministro

Nascido em 1930, formou-se em Direito em Londres, em 1955. Ingressou na vida política em 1963, como membro da Assembleia Legislativa. Em 1965, participou, como delegado, da Conferência Constitucional em Londres, que negociou a emancipação política de Maurício. No ano seguinte, foi nomeado Ministro do Trabalho, cargo que deixou em 1967 para ser juiz da magistratura.

Afilhou-se ao *Mouvement Militant Mauricien* (MMM), partido no qual militou até 1983, inclusive como líder da oposição no período de 1976 a 1982. Em 1983, fundou o *Mouvement Socialiste Militant* (MSM), do qual é líder até hoje.

Foi Primeiro-Ministro entre 1982 e 1995 e, novamente, entre 2000 e 2003, ano em que foi eleito Presidente da República. Reeleito em 2008, permaneceu no cargo

até 2012, quando renunciou em decorrência de denúncias de corrupção que envolviam seu filho. Retornou ao cargo de Primeiro-Ministro em dezembro de 2014, após vitória nas eleições legislativas de coligação partidária da qual fazia parte o MSM.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República de Maurício foram estabelecidas em 1974 e, embora tradicionalmente distantes (como demonstra, por exemplo, a ausência de atos bilaterais em vigor), contatos entre ambos os países têm-se intensificado nos últimos anos.

Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol. O país foi afetado pelo litígio brasileiro contra a União Europeia, na OMC, que resultou na proibição aos subsídios à produção açucareira das antigas colônias do continente. Autoridades mauricianas manifestaram reiteradas vezes ao Brasil interesse em receber cooperação no setor, que se reformula para abastecer a África e a Europa com etanol. Também são áreas potenciais de cooperação os setores de pesca e algodão, matéria-prima que o país importa.

Maurício é membro observador da CPLP desde julho de 2006. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu o único projeto de cooperação bilateral: a criação, em 2011, de um programa de leitorado na Universidade de Maurício. Não obstante ter sido bem sucedida, a iniciativa foi suspensa em 2015 por restrições orçamentárias.

O Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício visitou o Brasil em julho de 2011, oportunidade em que manteve reuniões nos Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Social, bem como no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Dois anos depois, em maio de 2013, o então Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, esteve em Maurício, acompanhado de comitiva oficial, para participar do 63º Congresso da FIFA. Em contatos com autoridades mauricianas, propôs cooperação bilateral na área esportiva, que incluiria assinatura de Memorando de Entendimento bilateral para atividades cooperativas nas áreas de futebol, voleibol e basquete.

No campo multilateral, o país tem atendido pedidos de apoio a candidaturas brasileiras, como nos casos das eleições de Roberto Azevêdo para Diretor-Geral da OMC e de José Graziano da Silva para Diretor-Geral da FAO. Na OMC, o país costuma buscar o apoio brasileiro a iniciativas dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, grupo de que faz parte.

POLÍTICA INTERNA

Colônia do Reino Unido desde 1810, Maurício tornou-se independente em 1968. A monarca britânica manteve-se como Chefe de Estado até 1992, ano em que o país se proclamou como república dentro da *Commonwealth*. O sistema de Governo é

parlamentar, em que o Presidente é eleito pela Assembleia Nacional e o Primeiro Ministro indicado pelo partido majoritário.

A população de Maurício é multiétnica, fato que remete tanto à sua colonização diversificada (o território recebeu exploradores de Portugal, Holanda, França e Reino Unido) como às levas de migrantes que desembarcaram no seu território (em especial indianos, que chegam de forma maciça a partir de meados do século XIX). É o único país da África com maioria hindu (48,5% da população), parcela da população com ampla representação política. Desde a independência, o país teve um único Chefe de Governo não hindu, Paul Berenger (2003-2005).

O país é uma democracia multipartidária, com liberdade de expressão e religiosa, bem como reconhecida estabilidade política. Dentre os países africanos, costuma figurar nas primeiras posições nos índices de governabilidade e desenvolvimento humano. Ocupa atualmente, por exemplo, a primeira colocação no Índice Ibrahim de Governança Africana, e o 18º lugar (26 posições à frente do Brasil, dentre 167 países) no índice de democracia da *Economist Intelligence Unit*. São notáveis, ainda, a alta taxa de alfabetização (uma das maiores do mundo em desenvolvimento) e as baixas taxas de infecção por HIV/AIDS.

Em março de 2012, após uma série de denúncias de corrupção envolvendo seu filho, o então Presidente Anerood Jugnauth, do *Mouvement Socialiste Militant*, renunciou ao cargo de Presidente, ocupado interinamente pela Vice-Presidente Monique Othram Bellepeau, do *Labour Party*. Em junho do mesmo ano, a Assembleia Nacional elegeu Rajkeswur Purryag, também do *Labour Party*, como novo Chefe de Estado.

As eleições legislativas de novembro de 2014 foram vencidas por coalização partidária da qual fazia parte o *Mouvement Socialiste Militant*, o que permitiu a condução do ex-Presidente Anerood Jugnauth ao cargo de Primeiro Ministro.

A vitória da oposição terminaria por resultar na renúncia do Presidente Rajkesuwur Puryag em maio de 2015, quando Monique Othram Bellepeau voltou a ocupar interinamente a Presidência. No mês seguinte, por proposta do agora Primeiro-Ministro Jugnauth, a Assembleia Nacional aprovou para a Chefia de Estado, com apoio unânime da oposição, o nome da cientista Ameenah Gurib-Fakim, do partido *Alliance Lepep* (membro da coalização vitoriosa nas eleições de novembro de 2014).

POLÍTICA EXTERNA

Os laços com as antigas colônias, Reino Unido e França, foram estreitos durante toda a história de Maurício. O país era beneficiário do Acordo de Cotonou (expirado em 2008), que garantia um preço mínimo para o açúcar importado pela União Europeia, elemento fundamental da economia da ilha.

É improvável que o contato com os parceiros tradicionais arrefeça, embora a tendência futura seja buscar o fortalecimento de relações alternativas na política externa, notadamente com a África e com a Ásia.

No campo multilateral, Maurício é membro da União Africana, da *Commonwealth*, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). As relações com os países africanos, sobretudo os do cone sul, são estreitas e sem atritos. Na União Africana, o país atua de forma ativa e apoia iniciativas de paz na região, em especial o estabelecimento de força de paz.

A Índia é, atualmente, o maior parceiro comercial de Maurício, o que reflete a proximidade cultural entre os dois países (como mencionado, parcela majoritária da população local é de origem hindu). Maurício, por sua vez, é a maior fonte de investimentos estrangeiros diretos na Índia, com total acumulado de US\$ 87 bilhões entre 2000 e 2015. Em sua grande maioria, tais recursos são provenientes de empresas estrangeiras que se instalam em Maurício para investir livremente em território indiano, em decorrência de benefícios estabelecidos em Convenção Bilateral Contra a Dupla Tributação.

O segundo parceiro comercial do país é a China. Trata-se de parceria igualmente importante no âmbito da assistência técnica e da cooperação econômica (empresas chinesas construíram estádio, pontes e o novo terminal aeroportuário do país).

A África do Sul, por sua vez, é hoje o terceiro parceiro comercial da ilha, além de importante parceiro no âmbito da SADC. Maurício vem se aproximando de forma consistente da África do Sul desde o estabelecimento de relações bilaterais, em 1994, após o fim do *apartheid*.

Ainda no contexto africano, também têm sido aprofundadas as relações com o Senegal, sobretudo em decorrência da atuação em Maurício de empresas senegaleses que buscam inserção mais competitiva no mercado europeu.

ECONOMIA

Maurício é tido como país com um das economias mais abertas do mundo. Tem uma população de 1,3 milhão de pessoas e um PIB ppp de cerca de US\$23 bilhões, o que confere ao país uma renda per capita ppp de cerca de US\$ 18 mil. A taxa de desemprego tem se reduzido ao longo dos últimos anos, sendo atualmente de 7,8%. A inflação também tem sido mantida sob controle, tendo ficado em 3,2% em 2014. É um dos poucos países africanos com elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os setores industriais, financeiros e de turismo avançam progressivamente, e os benefícios convertem-se em distribuição de renda cada vez mais equitativa, com melhorias em indicadores de desenvolvimento humano. A agricultura, por sua vez, ainda se reveste de importância para o país, em particular para o setor exportador, e está fortemente baseada no cultivo da cana-de-açúcar (90% da área cultivada).

As exportações respondem por parcela majoritária do PIB nacional, embora sua participação venha em declínio desde a crise financeira de 2008 (de 66% do PIB em

1998 para 55% em 2012). A pauta apresenta grande diversificação, de produtos agrícolas a serviços financeiros e tecnologias de informação e comunicação (TICs). Esse bom desempenho explica-se, em grande parte, pelo *status* preferencial de que gozam as vendas do país em um grande número de mercados. De fato, em 2014 Maurício figurou em 5º lugar no *Enabling Trade Index*, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, que agrupa os países com maior acesso preferencial a outros mercados.

Considerada em sua totalidade, a União Europeia continua sendo o maior destino das vendas externas. Desde a crise econômica de 2008, contudo, o bloco vem perdendo espaço para novos mercados em regiões mais dinâmicas, como Ásia e África (com destaque para a África do Sul).

O investimento estrangeiro no setor bancário é significativo. Cada vez mais empresas "offshore" estabelecem-se em Maurício, mormente para promover intercâmbio comercial com a Índia, a África do Sul e a China.

O país conta, ademais, com uma rede de infraestrutura relativamente avançada em comparação com o resto do continente. Figura na 46ª posição (entre 131 países) da classificação sobre qualidade de infraestrutura do Banco Mundial.

Comércio bilateral

O comércio bilateral cresceu mais de três vezes entre 2003 e 2014, passando de US\$ 7 milhões para mais de US\$ 24 milhões. Historicamente, o saldo da balança comercial tem sido sensivelmente favorável ao Brasil, ainda que o superávit varie de modo drástico.

Em 2014, o saldo brasileiro atingiu US\$ 21 milhões. Os principais grupos de produtos exportados foram calçados, máquinas e aparelhos mecânicos, carnes, pasta de madeira, gorduras e óleos vegetais. A pauta de importação consiste, principalmente, em produtos têxteis, instrumentos de ótica e fotografia e pérolas naturais ou cultivadas.

Cronologia das Relações Bilaterais

1974 – Brasil e Maurício estabelecem relações diplomáticas

2011 – Visita do Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício ao Brasil

2012 – Visita do Vice-Primeiro-Ministro de Maurício ao Brasil

2013 – Visita do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, a Maurício

Cronologia do País

1498 - Exploradores portugueses chegam em Maurício, durante viagem de Vasco da Gama ao redor do Cabo da Boa Esperança;

1598 – Holanda reivindica posse da ilha desabitada e a batiza em homenagem a seu chefe de Estado, Maurício, Príncipe de Orange e conde de Nassau;

1715 – França clama soberania sobre a ilha, e a renomeia Ile de France;

1810 - Forças britânicas derrotam França e tomam controle de Maurício;

1820 – Trabalhadores indianos começam a chegar em Maurício como mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar;

1968 – Independência nacional. A monarca britânica mantém-se como Chefe de Estado;

1982 - Anerood Jugnauth é eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupará até 1995;

1992 – Adoção do regime republicano;

1995 - Navin Ramgoolam é eleito Primeiro-Ministro;

2000 – Maurício ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas pela primeira vez;

2000 - Anerood Jugnauth volta ao cargo de Primeiro-Ministro;

2003 - Anerood Jugnauth é eleito Presidente da República; o novo Primeiro-Ministro é Paul Berenger, o primeiro Chefe de Governo não hindu da ilha;

2005 - Navin Ramgoolam volta ao cargo de Primeiro-Ministro;

2008 - Anerood Jugnauth é reeleito Presidente da República;

2012 – Anerood Jugnauth renuncia ao cargo; Rajkeswur Purryag torna-se o novo Presidente

2014 – Anerood Jugnauth volta a assumir o cargo de Primeiro Ministro

2015 - Rajkeswur Purryag renuncia à Presidência e é substituído por Ameenah Gurib-Fakim, a primeira mulher a ser eleita para o cargo na história do país.

Atos bilaterais em vigor

Não há atos bilaterais em vigor.